

Copom eleva Selic a 6,25% e sinaliza nova alta de 1 ponto

Colegiado do BC diz que é apropriado continuar avançando no ‘território contracionista’

Por Estevão Tair e Alex Ribeiro — De Brasília e São Paulo
23/09/2021 05h01 Atualizado há 4 horas



Copom do BC, presidido por Roberto Campos Neto, afirmou que ‘futuros passos da política monetária poderão ser ajustados’

Foto: Raphael Ribeiro/BCB

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou ontem a taxa básica de juros de 5,25% ao ano para 6,25% ao ano e sinalizou que fará novo ajuste de 1 ponto percentual na próxima reunião. Para o colegiado, é necessário continuar avançando no “território contracionista”, ou seja, aumentar a Selic para esfriar a economia e controlar a inflação.

No entanto, o Copom mudou o tom em relação à reunião anterior, realizada em agosto, quando avaliou que a estratégia de um ajuste “mais tempestivo” era a mais adequada. Ontem, afirmou que o ritmo atual é o melhor, não só para o cumprimento das metas de inflação, mas também para colher novas informações sobre o estado da atividade econômica e a persistência dos choques inflacionários.

Nova escalada da Selic

Nas datas de reunião - em % ao ano



Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data

“Para a próxima reunião, o Comitê antevê outro ajuste da mesma magnitude”, disse após a decisão, tomada de maneira unânime. O colegiado lembrou que “futuros passos da política monetária poderão ser ajustados” para cumprir as metas de inflação - além de dependerem do desempenho da economia, do balanço de riscos e das projeções e das expectativas para a trajetória de preços.

“No atual estágio do ciclo de elevação de juros, esse ritmo de ajuste é o mais adequado para garantir a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante e, simultaneamente, permitir que o comitê obtenha mais informações sobre o estado da economia e o grau de persistência dos choques”, afirmou no comunicado.

No comunicado do encontro anterior, o colegiado havia dito que “a estratégia de ser mais tempestivo no ajuste” era “a mais apropriada para garantir a ancoragem das expectativas de inflação”. Ontem, afirmou que, neste momento, o cenário básico e o balanço de riscos “indicam ser apropriado que o ciclo de aperto monetário avance no território contracionista” - o que significa que a taxa vai continuar subindo.

O Copom destacou que a inflação ao consumidor “segue elevada” e observou que repasses de custos, restrições de oferta e de demanda redirecionada a bens não permitem que a alta nos preços dos bens industriais arrefeça. Segundo o BC, essa alta deve “persistir no curto prazo”.

“Ademais, nos últimos meses os preços dos serviços cresceram a taxas mais elevadas, refletindo a gradual normalização da atividade no setor”, disse, afirmando, porém, que essa dinâmica era esperada.

Outro ponto destacado sobre a inflação ao consumidor foi a permanência das pressões sobre componentes considerados voláteis, como alimentos, combustíveis e, principalmente, energia elétrica. De acordo com o Copom, essas pressões refletem o “câmbio, preços de commodities e condições climáticas desfavoráveis”.

Atualmente, o horizonte relevante da autoridade monetária para conduzir a Selic inclui 2022 e, em menor grau, 2023. Para esses anos, as metas de inflação são respectivamente 3,5% e 3,25%.

Porém, no cenário básico apresentado pelo BC, as projeções apontam inflação de 3,7% em 2022 e 3,2% em 2023. Esse cenário pressupõe a Selic extraída da pesquisa Focus, terminando 2021 em 8,25%, 2022 em 8,5% e 2023 em 6,75% ao ano. Por sua vez, as estimativas para a inflação de preços administrados estão em 13,7% em 2021, 4,2% no ano que vem e 4,8% em 2023.

Os números levam em conta que as bandeiras tarifárias estarão nos patamares de “escassez hídrica” no fim deste ano e “vermelha patamar 2” no fim de 2022 e de 2023. Já a previsão para o câmbio começa em R\$ 5,25, valor médio dos cinco dias úteis da semana anterior à reunião, e evolui conforme a paridade do poder de compra.

Para o BC, os estímulos monetários “de longa duração” e a reabertura das principais economias “ainda sustentam um ambiente favorável para países emergentes”. Mas a avaliação é a de que surgiram duas novas fontes de riscos. A primeira são as “reduções nas projeções de crescimento das economias asiáticas”, que refletem a variante delta do coronavírus. A segunda é o “aperto das condições monetárias em diversas economias emergentes, em reação a surpresas inflacionárias recentes”.

“O Comitê mantém a avaliação de que questionamentos dos mercados a respeito dos riscos inflacionários nas economias avançadas podem tornar o ambiente desafiador para países emergentes”, observou.

Não houve mudanças no balanço de riscos para a inflação, em que o BC faz uma análise mais subjetiva do cenário. Segundo o Copom, continua havendo fatores atuando em ambas as direções, mas “o risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista”. Ou seja: há mais chances de a inflação ficar acima do projetado do que abaixo.

Sobre a atividade econômica brasileira, tanto o desempenho do PIB no segundo trimestre quanto indicadores mais recentes continuam “mostrando evolução positiva” e não ensejam “mudança relevante para o cenário prospectivo”, segundo o Copom. O colegiado prevê “recuperação robusta” no segundo semestre.

O Copom realiza sua próxima reunião em 26 e 27 de outubro.
